

## A CONSTRUÇÃO DOS GÊNEROS E SEXUALIDADES

**Cláudio Teixeira Donegá**

Graduando em Psicologia,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**André Masao Peres Tokuda**

Mestre em Psicologia – UNESP;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### RESUMO

Esse artigo visa revisar a construção dos gêneros, sexualidades e a transexualidade frente a sociedade que cria regras de ser e estar no mundo. Assim, tivemos como objetivo discutir sobre a transexualidade, bem como o conceito, caracterização, evolução legal e reconhecimento desse universo transexual. O artigo foi construído através de pesquisas realizadas por revisão bibliográfica, buscando como artigos publicados em periódicos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos, nos quais alguns autores apontam as sexualidades e gêneros como construções da própria sociedade, criando regras de gêneros. Sendo assim, a transexualidade é vista como transgressora a essas normas de gêneros, o que faz com que essas pessoas sejam excluídas de seus próprios direitos, encontrando dificuldade até mesmo de adentrar ao mercado de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVES:** sexualidades; gêneros; transexualidades.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido pelo discente Claudio Teixeira Donega, sob orientação do docente André Masao Peres Tokuda, pesquisa intitulada a construção dos gêneros e sexualidades: A transexualidade frente uma sociedade que cria regras de gênero, sendo voltada a área de psicologia estudos de sexualidades e gêneros.

Esse trabalho foi realizado sobre revisão bibliográfica buscando artigos publicados em periódicos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos, que estejam na base dos sites de busca, como Scielo, Bvs-Psi e repositório institucional da UNESP, sendo estes trabalhos lidos e interpretados subsidiando os dados deste levantamento.

Entendemos que a vulnerabilidade das pessoas transexuais faz com que esse público muitas vezes tenha experiências precárias e drásticas, sendo excluídas de seus direitos. A aceitação na vida escolar normalmente é envolto por violências sofridas em seu cotidiano que acabam sendo excluídas e abandonam o ambiente escolar, consequentemente, com baixo grau de instrução ser inserido no mercado

de trabalho acaba sendo mais difícil. Assim, entende-se que os estigmas e vulnerabilidades são vivenciados tanto no âmbito familiar, escolar quanto no convívio social, repercutindo em suas decisões e as possíveis possibilidades profissionais.

Contudo, o presente trabalho trás o objetivo de conhecer e reconhecer essas características, realidade, sentimentos, necessidades, dificuldades, preconceitos, desafios e significações de pessoas com identidade de gênero que se diferem, transgridem o que é considerado “normal” para a sociedade. Para isso a partir do tema colocado acima, vamos nesse artigo discutir no tópico1 as construções das sexualidades e gêneros que tem como objetivo discutir como a sexualidade e gênero eram vista e se transformaram ao longo do tempo. No tópico2 vamos discutir sobre a transexualidade em um conceito em construção, onde partimos assim do pressuposto que transexuais são excluídas, devido à existência de normas de gêneros que preveem a correspondência entre o sexo biológico e a identidade de gênero.

## **2 METODOLOGIA**

Para realização deste trabalho, utilizou-se da revisão bibliográfica buscando artigos publicados em periódicos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos, que estivessem na base dos sites de busca, como Scielo, Bvs-Psi e repositório institucional da UNESP, sendo estes lidos e interpretados subsidiando os dados deste levantamento.

## **3 A CONSTRUÇÃO DAS SEXUALIDADES E GÊNERO**

O que sexo, gênero e sexualidade têm em comum, assim como todas as outras características que compõem as identidades dos seres humanos, é que elas são significadas em nossos corpos. O termo “corporeidade”, não se refere apenas ao corpo humano como conjunto de órgãos e partes, mas ao ser humano enquanto presença corporal e a sua relacionalidade consigo mesmo, com outras pessoas, com a natureza e com a divindade. É a forma como existimos e damos significado à nossa existência. Neste sentido, o corpo é a “superfície de inscrição de valores” tanto sociais quanto sexuais. Os papéis de gênero são construídos sobre os corpos com sua constituição físico-biológica única e vivenciados através de uma sexualidade específica (MUSSKOPF, 2008, p. 1).

Tem-se como finalidade apresentar as construções das sexualidades e gêneros, tendo como objetivo compreender como se deu ao longo do tempo a

construção das identidades de gêneros. Para isso, utilizaremos a obra “História da sexualidade I: a vontade de saber” de Foucault (1999) para analisar como o sexo e a sexualidade foram sendo tratados/discutidos ao passar dos anos. Decidimos, então, partir de uma exposição analítica em relação à cultura ocidental, com um conjunto de princípios, a qual gerou o enunciado sobre a sexualidade.

Foucault (1999) ressalta que o olhar para a sexualidade aparece em diversos períodos, principalmente, com intuito de padronizar as práticas sexuais. Um desses períodos é a era Vitoriana, onde o sexo passou a ser repreendido e a sexualidade vira tabu, um assunto proibido e cheio de mistério, acompanhado de intensa valorização da vida familiar. E nesse período que a sexualidade foi retirada das ruas (público) e colocada no ambiente familiar (privado), sendo confiscada pelo casal que passa a ditar regras, pois o mesmo tem a única função a de procriar. E dentro do ambiente social, o quarto de um casal é o único lugar que se pode falar em sexualidades e sexo.

Segundo Foucault (1999), onde não há controle, não existe lei. Podemos exemplificar com as crianças, foi construído que as mesmas não têm sexualidade, tornando-se uma razão para proibir, impor e interditar qualquer ação, no que se e relações sexuais.

Conceitua-se assim como uma repressão a qual:

[...] funciona [...] como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência, constatação de que, em tudo, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, [...] a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. [...] preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Relata-se assim que foi no século XVII o marco do surgimento da Idade da Repressão, no qual o sexo era refreado e incompatível a uma determinada ordem de trabalho da burguesia e frente ao desenvolvimento do capitalismo, onde o trabalho da preferência ao prazer se prendendo apenas a procriação. Sendo assim como o sexo virou um tabu, aquele/a que falasse em sexo abertamente ganhava status de “pecador”, conseqüentemente aqueles que não se encaixam na lei Vitoriana e não respeitavam as regras da época, taxadas como “normal”, se tornavam foras da lei, ou é considerado infame. Assim ocorre a repressão da sexualidade (FOUCAULT, 1999).

De acordo com Foucault (1999), as sensações que o sexo trás, não são fáceis de se traduzir, porém sua repressão é fácil de ser averiguada. A concepção da repressão do sexo é a alegação de uma sexualidade que nunca foi domada com uma tensão demasiada como na era da burguesia hipócrita. Com isso:

[...] Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. [...] A questão que gostaria de colocar não é por que somos reprimidos, mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos. [...] porque essa repressão [...] possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa [...] (FOUCAULT, 1999 p. 13).

Foucault (1999) relata que mesmo o sexo sendo mascarado e proibido, a sua interdição não é um dos elementos fundamentais e constituintes. Porém, deixamos alguns pontos esclarecidos em relação ao sexo (FOUCAULT, 1999):

É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Segundo Foucault (1999) fica-se então claro que o século XVII foi marcado pelo início da era da repressão imposta pela burguesia. Já a partir do século XVIII, o sexo passou-se por uma ebulição discursiva específica.

Não penso tanto, aqui, na multiplicação provável dos discursos “ilícitos”, discursos de infração que denomina o sexo cruamente por insulto ou zombaria aos novos pudores [...]. o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder [...] (FOUCAULT, 1999, p. 22).

Através dos discursos causados em relação ao sexo, nesse período, surgiu a evolução pastoral da Igreja Católica, com a inclusão da confissão, ou seja, o indivíduo para sanar os seus pecados passaria pela confissão e o sexo nessa época para a igreja era e é considerado ainda um pecado de acordo com os dogmas do catolicismo. De acordo com a igreja Católica, o sexo não deveria mais ser dito sem ponderação, porém seus aspectos ainda deveriam ser mantidos, o que pode ser visto quando “a pastoral cristã escreveu como dever fundamental, a tarefa de fazer

passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 24).

No século XVIII surge uma melhor maneira de investigar como as coisas são em volta do termo, e varias áreas de atuações profissionais passam a estudar sobre a sexualidade. Surge, então, um incentivo político e econômico em relação ao sexo consensa-se a problemática: o sexo passa a ser problema econômico e político nessa época. Corroborando com isso, Foucault (1999) diz que a origem do termo população teve sua conexão intrínseca com os temas sexuais.

Os governos percebem que não têm que lidar [...] com sujeitos [...], porém com uma população, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. [...] No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais [...] (FOUCAULT, 1999 p. 28).

A partir dessa problemática econômica e social no século XVIII em relação ao sexo, surgiu uma nova problemática: o sexo sai de dentro do ambiente familiar e adentra nas escolas, considerado sexo colegial (FOUCAULT, 1999). Para controle, as instituições de ensino passaram a impor um silêncio obrigatório em relação ao assunto entre crianças e adolescentes, porém, tendo o conhecimento conciso do que é sexo (FOUCAULT, 1999).

Assim, adentrando no século XIX, inicia-se a discussão sobre a sexualidade, a qual passou a ser analisada, até mesmo na fase da infância. Na perspectiva de Foucault, esse exercício simboliza “[...] os novos procedimentos do poder, elaborados durante a época clássica e postos em ação no século XIX, que fizeram passar nossas sociedades [...] para uma analítica sexualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 139).

Contudo, nesse fim de século XIX, a temática da sexualidade passa a ser de uma ordem de soberania, vinculada a um sistema de leis. Nesse contexto passou por um processo de racismo, uma vez que não podia ser impura, deveria manter a pureza e continuar triunfando a espécie. Como resultado disso, por exemplo, construíram meios de separação entre homem/mulher, onde tudo é diferenciado para cada sexo, como exemplos, as vestimentas, divisão do trabalho, maneiras e atividades sociais, entre outras relações que acabam envolvendo aspectos de gêneros que desembarcar dentro da sexualidade (FOUCAULT, 1999).

Foi então que o tema sexualidade teve uma grande explosão, levando as pessoas a pensarem a respeito da sexualidade monogâmica heterossexual, que foi a norma imposta na sociedade pós-vitoriana. Pensamentos que assinala a afirmação de diversas sexualidades, atraindo muita à atenção da sociedade. Devido a esta visibilidade, os conceitos de sexo e gênero sofreram então uma impressão difusa, em meio às atividades sociais. Hoje em dia, o sexo é conhecido por alguns/as como identidade de gênero, desejo sexual e/ou fantasia. É necessário compreender como é o funcionamento do sexo em si, deixando de lado o tabu imposto pela sociedade enquanto a essa (FOUCAULT, 1999).

Para isso, utilizaremos a obra de Gayle Rubin, O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo” publicado em (1975) que propõe um pensamento mais aberto em relação ao tabu imposto pela sociedade, problematizando que não devêssemos mais ter hierarquias de gêneros, assim conseguiríamos viver em uma sociedade igualitária. Dentro desse pensamento Rubin (1975) traz uma reflexão frente à sociedade que trata a mulher como máquina de procriação, do lar e domesticada. Essa é uma questão que devemos pensar e refletir, sobre a opressão e subordinação enquadrada no mundo das mulheres, onde quase toda sociedade oprime-as mulheres, minorias sexuais, e certos aspectos da subjetividade dos indivíduos.

Assim, vale colocar que a vida social de muitas mulheres foi marcada por indiferenças, sendo o masculino como predominante dentro de um sistema que se define através de variados arranjos, nos quais a sociedade transforma o sexo biológico em um produto da atividade humana, fazendo que a capacidade dependa do sexo biológico e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1975).

Sendo assim, Rubin (1975) cita a vida social como sexo/gênero e trabalha com a separação de ambos, onde sexo representa “fêmea” e o “macho” e o gênero a “mulher domesticada” e o “homem dominador”. A autora parte do mesmo pensamento que Foucault (1999), para o qual o gênero é uma criação da sociedade, assim transformando a mulher em domesticada e em um produto. Nas suas palavras, o sistema sexo/gênero é considerado como: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da

atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 3).

O modelo acima discutido por Rubin (1975) dotou o capitalismo sobre uma diferença entre masculino e feminino está incluso a opressão sexual servindo assim como base. Concepção essa que idolatra as condições físicas do ser masculino, colocando as questões feministas em segundo plano e deixando de lado a mulher, tornando-a uma imagem sexual e assim tendo atitude de discriminação fundamentada no sistema sexo/gênero. O sistema sexo/gênero está adentrado no capitalismo e assim mostra que a mulher não tem direitos reconhecidos, ficando a mercê de submissões legitimadas pela primazia da masculinidade, onde homens e mulheres têm que ser heterossexuais, reforçando assim a mulher como o sexo frágil dentro da sociedade.

[...] uma “mulher” esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não lideraram, e na qual as mulheres não falam com deus (RUBIN, 1975, p. 9).

Corroborando com isso, Rubin (1975) compartilha de Foucault (1999) quando diz que a sociedade cria regras e o que não está dentro dessa é reprimido e tudo que é relacionado a sexo acaba virando valor mercantil, adentrado dentro do capitalismo que torna sexualidade e gênero um conceito moldado pela própria sociedade. Partindo dessa ideia Rubin (1975) ressalta que o capitalismo opressor tem origem nas sociedades anteriores, como por exemplo, na “Era Vitoriana” citada por Foucault (1999).

Toda sociedade tem um sistema de regras, cada povo, em cada tempo e lugar, cria e recria, busca formas de viver e expressar a sexualidade fazendo com que cada uma siga um sistema de sexo/gênero, nas palavras de Rubin (1975, p. 10-11):

Toda sociedade tem também um sistema de sexo/gênero – uma série de arranjos pelos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de um modo convencional, por mais bizarras que algumas dessas convenções sejam.

Desse modo todo sistema dentro da sociedade vai se modificando conforme a sociedade se articula, independente de seu modo, a sociedade sempre vai estar satisfeita de modo convencional a respeito de significados sociais, que podem

interferir no modo como responde e interpreta assuntos pertinentes à economia, tecnologias e modos de se viver. Dessa maneira o sexo, gênero e identidade de gênero passaram por uma evolução conforme a sociedade foi se moldando, saindo de um padrão e entrando em outro. Segundo Rubin (1975) dentro do sistema sexo/gênero surge à identidade de gênero, pois a mesma não está ligada ao sexo no sentido biológico, mas é faz parte do sistema cultural.

Assim como observou Foucault (1999), um sistema sexual teve origem nas primeiras formas de parentesco e adquiriu grande importância. Partindo dessa ideia, Rubin (1975) cita o termo “patriarcado” onde o homem, enquanto categoria socialmente construída é o centro e ele tem a regra do jogo. Dentro dessa concepção a autora cita o sistema de parentesco como forma observável do sistema sexo/gênero. O mesmo é um sistema estrutural de interações familiares, onde se conceitua uma relação que une pessoas por vínculo de sangue. Rubin (1975) cita Lévi-Strauss, que diz que o sistema parentesco foi criado com o intuito de ditar as regras, não deixando que pessoas de uma mesma família/sangue tivessem relações sexuais ou que casassem, ou seja, o incesto. O incesto é proibido em várias culturas, sendo que essa proibição vem do tabu de que cruzar duas espécies com a mesma genética pode resultar em filhos com má formação genética. Sendo assim o casamento deve ocorrer com membros de diferentes famílias, isso para que haja troca de mulheres entre os membros de famílias diferentes, sendo a mulher o prêmio (RUBIN, 1975).

Para Rubin (1975), a “troca de mulheres” não se constitui uma definição de cultura. O conceito é uma visão mais ampla e sucinta do sistema sexo/gênero.

“Troca de mulheres” é uma maneira sintética de expressar o fato de que as relações sociais de um sistema específico de parentesco determinam que os homens têm certos direitos sobre as mulheres de sua família, e que as mulheres não têm os mesmos direitos nem sobre si mesmas nem sobre seus parentes de sexo masculino. Nesse sentido, a troca de mulheres revela uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas. A troca de mulheres se torna uma fonte de confusão quando é vista como uma necessidade cultural e quando é usada como o único instrumento para análise de um sistema particular de parentesco (RUBIN, 1975, p. 24-25).

O sistema de parentesco não se denomina somente em “trocas de mulheres”, mas também em trocas de “acesso sexual, status genealógicos, nomes

de estirpes e ancestrais, direitos e pessoas, homens, mulheres e crianças dentro de sistemas concretos de relações sociais” (RUBIN, 1975, p. 24).

Dentro desse sistema de parentesco é criado outro, cujo nome é “A Família”. Esta serve como base para que o casamento possa funcionar e então ocorra a divisão de trabalho baseado no gênero. Essa divisão denota que a mulher fica responsável em cuidar dos filhos e da casa e os homens responsáveis pelo sustento da família. Isso faz com que ocorra uma divisão sexual do trabalho na qual ocorre divisão de tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrente das relações sociais de sexo. Segundo Rubin (1975) essa divisão existe, mas varia de cultura para cultura. Embora a divisão de tarefas seja enormemente explícita entre os sexos, “existem até exemplos de mulheres caçadoras e guerreiras, e de homens encarregados de cuidar das crianças” (RUBIN, 1975, p. 26).

Rubin (1975) parte do mesmo pensamento que Foucault (1999) de que gênero é uma construção da sociedade e que nessa construção acontece a divisão dos sexos. E é nesse contexto que se engloba o parentesco, baseando-se no casamento, onde transformam pessoa do sexo masculino e feminino em “homens” e “mulheres” e que cada um é a metade incompleta do outra e para ser completa tem que unirem-se.

Para uma sociedade que distingue homem e mulher, a identidade de gênero é repreendida em alguns casos, pois o homem tem que parecer homem e assim a mulher. Ambos não podem ter traços diferentes, como o homem com traços afeminados a mulher traços masculinos, fazendo com que mulher tenha que ser mulher e homem ser homem, seguindo um padrão imposto pela mesma. Com isso a autora ressalta que “o mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade” (RUBIN, 1975, p. 28).

Isso faz com que o gênero como foi dito anteriormente seja baseado em homem/mulher e a atração sexual seja ligada apenas em ambos. Fazendo com que esses sejam heterossexuais e extinguindo assim qualquer componente homossexual da sexualidade humana. E segundo a autora “essa opressão dos homossexuais, é, portanto, produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (RUBIN, 1975, p. 28).

Para um melhor entendimento sobre a opressão das mulheres e homossexuais e outros taxados como minorias pela sociedade, vamos problematizar sobre as sexualidades e gêneros, mostrando a luta dos mesmos para sair da opressão imposta pela sociedade, para isso, citaremos a autora brasileira Guacira Lopes Louro, pesquisadora e estudiosa da área. Partiremos de uma nova concepção composta por Louro (2008) que fala do mundo contemporâneo, política, cultural e identidade, onde na década de 60, jovens, estudantes, negros, mulheres, considerados minorias, invadiram a Europa e o Estados Unidos buscando novos horizontes. Passaram a falar mais alto, queixando-se da insatisfação e desencanto, debatendo sobre novas teorias e conceitos, derrubando preconceitos impostos pela sociedade, criando novas linguagens e desenvolvendo novas práticas sociais.

Segundo Louro (2004) na questão entre gêneros e sexualidade:

O grande desafio não é apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero venham sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivessem é exatamente a fronteira. A posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (Louro, 2004, p.34).

Louro (2004) ressalta sobre as feministas, fizeram com que o conceito de gênero surgisse pela necessidade de acentuar o caráter social da diferença nítida entre os sexos, apontando assim as desigualdades que as mulheres tinham em relação aos homens. Todo esse conceito levava a afirmar que tornar-se feminina era suposto de uma construção, fabricação ou aprendizado que acontece dentro da cultura de cada pessoa (LOURO, 2011).

Segundo Louro (2003) a feminilidade é distinta e muda de uma cultura para outra, supondo assim que também se deve lidar com marcas relacionadas à masculinidade. Observa-se que ao pronunciar a palavra gênero, passamos a referir à feminilidade e á masculinidade, uma definição que se trata de uma construção cultural contínua, sendo inacabada.

De acordo com Louro (1999), chega-se perto então sobre o conceito de gênero e sexualidade, sendo estes construídos por culturas, sendo transformados através da história. Assim, o indivíduo passa a definir o seu gênero: feminino ou

masculino e sua orientação sexual: heterossexual, homossexual ou bissexual que indica por quais gêneros ela sente-se atraída.

As diversas sociedades têm atribuído significados diferentes às situações hoje encontradas sobre, masculinidades, feminilidades e sobre as várias formas de expressão encontradas em relação à sexualidade. Ainda existe em nossa sociedade atribuição de algumas pessoas terem mais valor que as outras. Um cidadão considerado “normal” consegue ter acessibilidade maior do que a pessoa que consideram “diferente”, isso não só no âmbito dos gêneros e sexualidades, como em relação a cor/raça, classe social, deficiência física ou intelectual. Assim, pode-se dizer que o valor atribuído a gêneros e a sexualidade são marcados por relação de poder, atravessando hierarquias e suas distinções (LOURO, 2013).

Segundo uma obra de Pinho (2005) que fala sobre o princípio da igualdade, a palavra gênero começa a ser usada a partir dos anos de 80, pelas feministas americanas e inglesas, para expor a desigualdade social encontrada entre homens e mulheres, sendo concretizada pela discriminação e opressão do masculino sobre o feminino.

Nesse período, as condições sociais das mulheres já eram desiguais comparadas aos homens, além de levar em consideração alguns quesitos tais como: classe social, raça, etnia e outras condições de vida. A desigualdade abarcava a esfera pública, era visíveis salários de mulheres sendo menores do que dos homens, exercendo a mesma função. Já na esfera privada, se evidenciava pela moral sexual e no cumprimento de papéis domésticos. Além disso, a desigualdade era e ainda é justificada, por setores conservadores tais como religião, área científica e cargos políticos, ainda mantendo a crença de que as diferenças sociais são essenciais e inevitáveis até os dias atuais (PINHO, 2005).

Gebara (2002) ressalta que o sexo é uma categoria biologia e ele por si só não tem suficiência atribuir papéis sociais como homem e mulher e que a palavra gênero veio como uma categoria para assim mostrar a diferença entre as diferenças dos sexos. Ainda diz que gênero é uma categoria que se relaciona ao ser feminino e masculino. Com essa diferenciação, reconhece a desigualdade entre os sexos, assim, essa forma de pensar faz com que viabilize as relações sociais entre homens e mulheres.

Para melhor conhecimento tem-se o Estatuto de Roma (Decreto n. 4.388, de 25/09/2002), que se criou o Tribunal Penal Internacional a qual defende os seguintes pontos: (1) distinção de gênero; (2) a não discriminação relacionada ao gênero e (3) criminalização em nível internacional sobre a violência sexual e de gênero.

Quando se fala em sexualidade, considera-se um assunto complexo e de difícil definição, sendo sempre alvo de tabus, repressões, distorções e tentativas de transformar em sinônimo de genitalidade e de reprodução (AMORIM, 2012).

Subentende-se que a sociedade apresenta a sua maneira de lidar com gênero e sexualidade, como bem nos assinala Louro (2004) quando diz que a cultura tem poder sobre o estabelecimento de identidades e relações sociais. Com isso, essa forma de correlacionar acata uma necessidade de grande importância que seria estabelecer uma diferenciação da imaginação humana de criar um mundo sexual diversificado, culminando subordinação totalmente patriarcal.

Alguns lugares ainda têm visões preconceituosas sobre a sexualidade das quais ainda não se aceita o “novo”, o “diferente”. Com essa visão, Sffiner (2011) ressalta que quando o homem ou a mulher assume a sua orientação sexual como homossexual, é preciso reavaliar o indivíduo, atribuindo uma essência desviada do seu verdadeiro sexo, segundo seu órgão sexual.

A normalidade não precisa dizer de si, pois é evidente. Logo, a invisibilidade da heterossexualidade reafirma a construção de uma identidade normal e principalmente naturalizada, não problemática e presumida. No entanto, aquela que se diferencia, foge a este padrão, se torna a visível, marcada e problemática, deste modo, as homossexualidades (ALENCAR, 2015, p. 5).

A sociedade insiste em classificar, negativamente, estes “novos grupos”, tais como: lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, gays, entre outros. Nessa perspectiva de dar classificações às pessoas, a sociedade com seu preconceito atribuem divisões e rótulos, com o intuito de manter a identidade conforme seu padrão cultural– heteronormativo -, na tentativa de manter essa hierarquia de gênero, mantendo redes de poder que definem e separam de forma violenta ou sutil, discriminando assim essa população colocando estereótipos nesses grupos (LOURO, 2000).

[...] como a noção de que é um “sujeito gay não passa, ao fim e ao cabo, de uma mulherzinha”, “impossível ser feminina e lésbica” ou a noção de que “Ser transexual/travesti sempre vai ser homem” –, noções que acabam por se naturalizar de tal modo que se tornam quase imperceptíveis. Essas noções estão muito arraigadas em nossa cultura e lidamos com elas

constantemente em nossas escolas, na nossa família ou, até mesmo, dentro de nós. (LOURO, 2011, p.68).

## REFERÊNCIAS

AMORIM, B. M. O. Sexualidade e mídia na formação docente. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ALENCAR, L. S. Sexualidades e gênero: breve estudo acerca da homofobia e heteronormalidade. Revista Movimentação, v.02, n.01, p. 01-15, 2015.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.10- 244

GEBARA, I. Cultura e relações de gênero. São Paulo: CEPIS, 2002.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56). 2008, pag. 20

LOURO, G. L. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pag. 34

LOURO, G.L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011, pag.54-68

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre.; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. Currículo, Gênero e Sexualidade. Lisboa: Porto Editora, 2000.

MUSSKOPF, A. S. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram, 2008. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=161&cod\\_boletim=9&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo). Acessado em 11 de jul. 2016

PINHO, L. O. Princípio da igualdade: investigação na perspectiva de gênero. Sérgio Fabris: Porto Alegre, 2005.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres, 1975, p. 1-62. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/18134/mod\\_resource/content/1/Gayle%20Rubin-traffic\\_texto%20traduzido.doc](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/18134/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin-traffic_texto%20traduzido.doc)>. Acessado em 14 de Jul. 2016.